

PAULO E A GRAÇA DE DEUS.

Pr. Albino Marks

Sempre, quando os escritores do Novo Testamento falam da oferta de Deus para salvar o ser humano caído e prisioneiro do pecado, falam da superabundância da graça, como a forma da *“graça de Deus em suas múltiplas formas, [...] e esclarecer a todos a administração deste mistério que, durante as épocas passadas, foi mantido oculto em Deus, que criou todas as coisas. A intenção dessa graça era que agora, mediante a igreja, a multiforme sabedoria de Deus se tornasse conhecida [...] de acordo com o seu eterno plano que ele realizou em Cristo Jesus, nosso Senhor”* (1Pe 4:10, Ef 3:9-11, NVI), revelando a forma da graça do sacrifício substituto em Jesus, para os seres humanos vencidos pelo pecado, mas desconhecida pelos anjos e por Lúcifer.

“Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei (nómu), segue-se que morreu Cristo em vão” (Gl 2:21, NAA).

Para obter maior compreensão do argumento de Paulo, acesse...

“Não anulo a graça de Deus”. Na sequência de sua poderosa declaração de viver pela fé na graça de Cristo: *“estou crucificado com Cristo; logo já não sou eu quem vivo, mas Cristo vive em mim”* (Gl 2:19, 20, NAA), Paulo é convincente em seu raciocínio: *“não anulo a graça de Deus”.*

Outras traduções trazem mais clareza em relação ao termo grego “atheto”, que é melhor traduzido por: rejeitar. *“Não invalido a graça de Deus”* (BJ). *“Eu me recuso a rejeitar a graça de Deus”* (NTLH).

Esse argumento é o fecho da sua declaração de fé na graça manifestada em Cristo. Como a lei das cerimônias deixou de exercer o seu papel com a morte de Jesus, a realidade da superabundância da graça, declarou: morri para a lei das cerimônias e pela fé, vivo para Cristo e Cristo em mim. Com essa fé, *“eu me recuso a rejeitar a graça de Deus”* (NTLH). Isto é, me regozijo na superabundante graça real, que é Cristo Jesus. Para mim, a morte de Cristo é a garantia de minha justificação e salvação, e de maneira alguma voltarei a praticar cerimônias que não valem mais nada.

Se a justiça é mediante a lei. Então argumenta: se a prática do cerimonialismo continua sendo o agente justificador e redentor, então Cristo morreu em vão. Assome uma conclusão final profunda: o cerimonialismo em si,

nunca justificou a alguém; a justificação para os antepassados não era obtida pelo sacrifício de animais e a prática de ritos; esses nunca tiveram poder para justificar, pois, eram apenas símbolos, ainda que importantes. *“Pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI). O perdão e a justificação somente eram obtidos pela fé no Redentor prometido para quem os símbolos apontavam. Quando a vítima era imolada sobre o altar, os olhares da fé deviam penetrar no futuro distante, divisando a cruz sangrenta. Agora, a justificação é obtida pela fé no Redentor realidade; o sacrifício real já foi realizado; tal como a lei das cerimônias tipificava, Cristo já morreu. E, com a Sua morte, a lei cerimonial que ensinava a graça e a justificação por meio de tipos, também morreu. No entanto, Cristo ressuscitou. É o Ressurreto, o poder da superabundante graça que justifica o pecador arrependido e outorga a salvação.

A fé sempre foi o método de Deus para justificar o pecador. O ritualismo servia de muleta para os que só tinham as promessas da vinda do Redentor. Os ritos e símbolos do cerimonialismo serviam como ponto de apoio para sua experiência espiritual, mas pela fé penetravam no futuro aguardando o Redentor. O sangue dos animais devia sempre manter presente o sangue do verdadeiro sacrifício - Jesus. Hoje temos as provas reais da Sua morte vicária, não mais necessitamos de muleta. Jesus não morreu em vão.

É a lei moral que a todos declara condenados à morte; o pecador não consegue justificar-se a si mesmo, pois, ainda que pudesse viver retamente de nada lhe aproveitaria, por estar irrekoravelmente condenado. A sentença da lei moral não pode ser revogada. Para salvá-lo desta condenação, veio Jesus, Deus em Pessoa, o Justo, para morrer como substituto do culpado. A penalidade é aplicada, a sentença é executada; todavia, o pecador pode viver. Isto é graça; isto é justiça imputada; isto é justificação.

No entanto, apesar de a provisão ser ampla, para todos os seres humanos, *“pois todos pecaram”* (Rm 3:23), a justiça de Cristo Jesus somente é imputada a todo o que crer. Isto é, a todo o que manifesta fé no sacrifício. Logo, a justificação é fruto da fé. Mas a fé é morta, não é fé, se não tiver as obras. Portanto, somente é declarado justo aquele que aceita a oferta da graça pela fé e decide colocar sua vida sob o controle do Espírito Santo que o ensina a viver em harmonia com o padrão de justiça. *“Aquele que tem os Meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que Me ama será amado por meu*

Pai, e Eu também o amarei e me manifestarei a ele. [...] Se alguém Me ama, guardará a Minha palavra; e meu Pai o amará, e viremos para ele e faremos nele morada. [...] Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito” (Jo 14:21, 23, 26, ARA).

Quando o pecador aceita a Cristo Jesus como seu Salvador, três coisas importantes acontecem simultaneamente: perdão incondicional com a consequente justificação por Cristo Jesus, e o controle do Espírito Santo sobre a conduta. É impossível uma acontecer independente das outras. A diferença está no fato de o perdão e a justificação serem conferidos em um momento para o pecador contrito e suplicante; o controle do Espírito Santo estende-se pelo período de vida do perdoado e justificado. O perdão e a justificação são um ato no momento da aceitação de Jesus. O controle do Espírito Santo é o processo da santificação ao longo dos anos de cada vida que aceitou a Jesus. Isto é o processo de justiça pela fé. Isto é aceitação e submissão pela fé. O ato, é a aceitação do sangue de Jesus para perdão dos pecados confessados e a consequente justificação; o processo de santificação é a submissão ao controle do Espírito Santo; é a rejeição do mundo e mundanismo; é a vida de obediência aos princípios de conduta do reino da graça; é a identidade com Cristo, tornando-nos como Ele pela atuação do Espírito Santo.

A rejeição do controle do Espírito Santo sobre a conduta significa a rejeição do perdão e da justificação.

Nessa manifestação da graça de Deus mediante Jesus, trazendo em Seu caráter a justiça de Deus, o pecador é perdoado por graça e recebe pela fé, em seu caráter a justiça de Deus. Como Deus está em perfeita harmonia com a transcrição de Seu caráter, o pecador justificado que recebe a justiça de Deus como um dom imputado, aceita a transcrição como norma para orientar a conduta.

“Sem lei os homens não têm uma concepção justa da pureza e santidade de Deus, ou da culpa e impureza deles mesmos. Não têm verdadeira convicção do pecado, e não sentem necessidade de arrependimento. Não vendo a sua condição perdida, como transgressores da lei de Deus, não se compenetraram da necessidade do sangue expiatório de Cristo. A esperança de salvação é aceita sem mudança radical do coração ou reforma da vida. São assim abundantes as

conversões superficiais, e unem-se às igrejas multidões que nunca se uniram a Cristo” (CS, p. 507).

Eis em palavras claras o grande problema espiritual de nosso mundo hodierno. Os seres humanos querem alcançar justiça sem se compenetrar de suas responsabilidades com Deus. Consequentemente, vivemos numa época em que a fé é inoperante, morta. Se dissermos: tenho fé em Jesus, mas o nosso relacionamento com Jesus não endossar a fé pela conduta, ela é ineficaz para obter da provisão de Deus a imputação da justificação. Declara o Senhor: *“porque não justificarei o ímpio”*. E ainda: *“[...] e jamais inocenta o culpado”* (Êx 23:7 e Na 1:3, ARA). Paulo expõe o mesmo critério do modo divino de lidar com a justiça e a injustiça: *“Quem se mostra injusto receberá a paga da sua injustiça, e não há exceção para ninguém”* (Cl 3:25, TEB).

“Quando nossos olhos penetram pela fé no santuário e percebem a realidade da importância e santidade da obra que ali é feita, qualquer traço de egoísmo natural será abominado por nós. O pecado será visto como é na realidade - transgressão da santa lei de Deus. A expiação será melhor compreendida e, através de uma fé viva e ativa, perceberemos que qualquer virtude que a humanidade possua só existe por Jesus Cristo, o Redentor do mundo” (RH, 22/12/1896. Lição ES. Out-Dez. 1996, p. 5).

Sim, *“fé que atua pelo amor”* (Gl 5:6), que se coloca sob a liderança do Espírito Santo, para aprender a viver o relacionamento de amor e confiança com o seu amoroso Salvador e em harmonia com o Seu padrão de justiça - a lei moral - é o ouro provado no fogo que coloca o pecador justificado em condições para receber o dom da vida eterna.

“É estudado esforço de Satanás desviar as mentes da esperança da salvação pela fé em Cristo e obediência à lei de Deus. Em cada século o arquiinimigo adapta suas tentações aos preconceitos ou inclinações daqueles a quem está procurando enganar. Nos tempos apostólicos levou os judeus a exaltar a lei cerimonial e rejeitar a Cristo; no presente ele induz muitos cristãos professos, sob a pretensão de honrarem a Cristo, a pôr em controvérsia a lei moral, e a ensinar que seus preceitos podem ser transgredidos impunemente. É dever de cada servo de Deus opor-se firme e decididamente a esses perversos da fé, e expor destemidamente seus erros, pela Palavra da verdade” (AA, p. 387).

Em verdade, nada pode fazer o pecador para justificar-se, mas uma vez justificado por graça, desenvolverá conduta em harmonia com a norma da justiça, porque a justificação lhe devolveu o relacionamento com o seu Deus e Amigo, rompido pelo pecado. Somente uma coisa o pecador precisa fazer. É preciso decidir aceitar o amor e a oferta de perdão do Pai. E preciso erguer-se e dizer: irei ter com meu Pai. Então ir e cair em seus braços de amor e dizer: Pai, pequei, perdoa o meu pecado. Ele o perdoará. Não por mérito, mas por graça. Então passamos a amar entranhavelmente nosso misericordioso Pai. Não de boca, mas de coração, fazendo a Sua vontade porque recebemos a Sua justiça por meio de um ato de Sua superabundante graça.

Aceitar a Jesus como Salvador é a aceitação da justificação pela fé; submeter-se a Jesus como Senhor, é a aceitação de Sua lei moral como norma de conduta para viver sob o processo transformador da santificação.

Temos, portanto, em Cristo Jesus, o Justificador; na lei moral, a norma, o padrão de justiça. Com esta visão em mente, Tiago declara em sua carta universal: *“Verificais que uma pessoa é justificada por obra e não por fé somente”* (Tg 2:24, ARA).

A pessoa, o pecador, é justificado quando reconhece sua herança pecaminosa, sua incapacidade de livrar-se por si mesmo desta condição, sua necessidade de um Salvador que por graça o livrará, aceitando, pela fé, esta oferta de graça. Não existe outro meio ou caminho.

No entanto, perdoado e justificado, o pecador que estava sob o domínio do pecado, como pecador vencido e escravizado, é feito vencedor pela vitória de Cristo Jesus, e de escravo do pecado é transformado em servo da justiça, passando a praticar obras justas. Por sua própria vontade e força? Por compulsão da lei moral? Não! Mas porque a superabundante graça de Deus demonstrada pelo amor na dádiva de Jesus, pela fé, faz nascer uma vida de amor e gratidão que tem prazer no relacionamento com Jesus, e na consequente conduta harmoniosa com a lei moral, o que significa, harmonia com o caráter de Deus. Tudo acontece por que a graça impele a fé a atuar.

Sobre o processo da atuação da graça para transformar o pecador em santo, herdeiro do Reino de Deus, Jesus sintetizou a Sua missão: *“Eu vim chamar não os justos, mas os pecadores, para que eles se convertam”* (Lc 5:32,

TEB). *“Eu vim para chamar os pecadores, a fim de que mudem de vida, e não chamar os justos”* (BLH).

O argumento é poderoso: a superabundante graça de Deus é uma dádiva para pecadores, necessitados do perdão, da justificação, da redenção e que precisam mudar o seu relacionamento com Deus.

O apóstolo Paulo explica o que e como acontece a mudança de relacionamento: *“porque a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens. Ela nos ensina a renunciar à impiedade e as paixões mundanas e a viver de maneira sensata, justa e piedosa nesta era presente, enquanto aguardamos a bendita esperança: a gloriosa manifestação de nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo”* (Tt 2:11-13, NVI).

A graça ensina como abandonar o pecado e como viver vida santa. O rei Davi, em uma síntese maravilhosa explicou essa mudança: *“desvia-me dos caminhos enganosos; por tua graça, ensina-me a tua lei”* (Sl 119:29, NVI).

A graça não apenas salva, mas muda o relacionamento com Deus e com o semelhante, ensinando a abandonar os caminhos pecaminosos e viver de maneira amorosa e submissa à vontade de Deus.

“Se queremos ter o espírito e poder da terceira mensagem angélica, temos que apresentar a lei e o evangelho juntos, pois eles andam de mãos dadas. À medida que um poder de baixo está incitando os filhos da desobediência para anular a lei de Deus, e pisar a verdade de que Cristo é nossa justiça, um poder de cima está operando no coração dos leais, para exaltarem a lei e erguerem Jesus como Salvador completo. A menos que o poder divino seja trazido para a experiência do povo de Deus, falsas teorias e ideias tornarão a mente cativa, Cristo e Sua justiça serão eliminados da experiência de muitos, e sua fé ficará sem poder e vida. [...]

“O tema de nossa mensagem não é somente os mandamentos de Deus, mas a fé de Jesus. Uma brilhante luz resplandece em nossa estrada hoje, e induz a maior fé em Jesus. Devemos receber cada raio de luz, e nele andar, a fim de que se não torne nossa condenação no juízo. Nossos deveres e obrigações se tornam mais importantes ao obtermos visão mais nítida da verdade. A luz manifesta e condena os erros que se ocultavam nas trevas, e, ao chegar a luz, a vida e o caráter dos homens devem mudar de modo correspondente, para com ela se harmonizarem. Pecados que eram outrora cometidos por ignorância,

devido a cegueira do espírito, já não podem continuar a merecer condescendência sem que se incorra em culpa. À medida que se concede maior luz, os homens se devem reformar, elevar e refinar por ela, ou ficarão mais perversos e obstinados do que antes que ela viesse” (OE, p. 161, 162).

Davi assim descreveu essa gloriosa transformação do poder atuante da graça: *“sei que sou pecador desde que nasci [...] Purifica-me com hissopo, e ficarei puro; lava-me e mais branco do que a neve serei. Faze-me ouvir de novo o júbilo e a alegria, e os meus ossos que esmagaste exultarão. Esconde o rosto dos meus pecados e apaga todas as minhas iniquidades. Cria em mim um coração puro, ó Deus, e renova dentro de mim um espírito estável. Não me expulses da tua presença, nem tires de mim o teu Santo Espírito. Devolve-me a alegria da tua salvação e sustenta-me com um espírito pronto a obedecer. Então ensinarei os teus caminhos aos transgressores, para que os pecadores se voltem para ti. [...] Ó Senhor, dá palavras aos meus lábios, e a minha boca anunciará, o teu louvor. [...] Os sacrifícios que agradam a Deus são um espírito quebrantado; um coração quebrantado e contrito, ó Deus, não desprezaras*” (Sl 51:5-17, NVI).

Que compreensão maravilhosa do poder atuante e transformador da superabundância da graça. A graça toma o pecador quebrantado e contrito, e o lava na Fonte do sangue do Calvário, deixando-o mais alvo do que a neve. Não existe mancha tão negra e horrível que resista ao poder purificador da pureza desse sangue. A transformação é tão radical que o coração, a vontade se torna novo, nascendo uma nova criatura (2Co 5:17), “kainos”, não por criação, mas por restauração, pela graça.

“Em penitência ele brada: ‘Foram meus pecados que crucificaram o Filho de Deus!’ Junto à cruz ele abandona seus pecados, e pela graça de Cristo seu caráter é transformado. O Redentor ergue do pó o transgressor e o coloca sob a guia do Espírito Santo” (ME, v. 1, p. 295).

Júbilo, alegria, exultação inundam mediante a atuação do Espírito Santo todos os escaninhos da nova criatura vivendo a gloriosa experiência da salvação. Essa nova experiência irrompe em ímpeto contagiante, alcançando outros pecadores.

Há aqueles que consideram Tiago como alguém que não entendia perfeitamente o plano da salvação e por este motivo fez as declarações em sua

epístola. Lutero qualificou a carta de Tiago como a carta de palha por conter os argumentos sobre as obras. No entanto, Paulo, o campeão da justiça pela fé, apresenta os mesmos argumentos de Tiago. Escrevendo a Tito, faz estas declarações: *“Professam conhecer a Deus, mas negam isso com suas obras. São abomináveis, rebeldes, inaptos para qualquer boa obra [...] a fim de que todos os que depositaram sua fé em Deus se esforcem por serem exímios nas boas obras. Eis o que é bom e útil para todos”* (Tt 1:16 e 3:8, TEB).

“Fé em Deus e exímios nas boas obras”. Sem dúvida é preciso entender, que Deus não salva ninguém para a inatividade, mas para o envolvimento em favor de outros. Este envolvimento requer obras correspondentes. São obras não para apresentar méritos e assim obter a salvação, mas para demonstrar a gratidão por tão imenso amor de Deus por nós que nos dá tão grande salvação.

*“Eleitos segundo os desígnios de Deus Pai, pela **santificação** do Espírito Santo, para **obedecer** a Jesus Cristo e ter parte na aspersão de Seu sangue”* (1Pe 1:2, TEB). (Destaque acrescentado).

Nesta sua argumentação de Gálatas 2:16 a 21, Paulo usa seis vezes a palavra ‘nómos’, lei, em sua devida declinação, mas em nenhuma delas envolve a lei moral dos Dez Mandamentos. Com atenção, compreendemos que fala da lei cerimonial, como instrumento ensinando a justificação pela graça e pela fé, na promessa do “Descendente da mulher”, Cristo Jesus, antes da cruz. E na justificação pela graça e pela fé, em Cristo Jesus, a realidade da promessa, depois da cruz.

Paulo usa a palavra “nómos”, que corresponde ao hebraico: “torah”, lei, no sentido amplo de toda a legislação teocrática para Israel. Para a compreensão dos argumentos de Paulo, o contexto é muito importante.